



Caçada na Nova Espanha (México); está em *Historia Antipodum...*, 1634, de J. L. Gottfried

Quem introduziu no  
gênero humano o uso dos  
espelhos, foi o apetite de  
quem se vê neles...

(Padre Antônio Vieira)

# O paraíso perdido: descrição

## IMPASSES DA HISTORIOGRAFIA NOS ANOS 60 E 70

**JANICE T. DA SILVA** é professora do Departamento de História da FFLCH-USP.

Os anos 60 e 70 foram conturbados para a produção cultural brasileira. O primeiro golpe foi dado contra os historiadores positivistas interessados em recompor a "verdade" histórica. As críticas de natureza teórica propunham uma revisão de toda a nossa história. Nestes anos, proliferaram e difundiram-se, em livros especializados e didáticos, análises de natureza marxista.

Alguns autores como Caio Prado Júnior(1), Florestan Fernandes(2), Celso Furtado(3), entre outros, foram profundamente debatidos nos meios acadêmicos. A revisão historiográfica envolvia a análise dos fundamentos positivistas que haviam marcado a nossa produção. Cada dia mais exigia-se que a historiografia explicitasse uma posição clara, empenhada contra um passado marcado pela dominação.

A história da cultura, trabalhada por historiadores como Gilberto Freyre(4) e Sérgio Buarque de Holanda(5), entre outros, sofreu profundos questionamentos. Retomar o nosso cotidiano colonial, as fantasias que norteavam a vida do português recém-chegado ou, ainda, o processo de miscigenação correspondeu, na conjuntura dos anos 60 e 70, partilhar de uma visão amena do atraso.

Neste momento a história da cultura ficou cativa, em meio a uma conjuntura de crise. As análises de natureza econômica ou sociológica foram valorizadas à medida que forneciam subsídios para o debate político. As descrições, típicas da narrativa dos cronistas; as biografias, valorizando mais o perfil individual do que a obra; a recomposição detalhada do cotidiano, sem levar em conta os processos de produção dos bens materiais; a história da arte, deixando à margem manifestações populares, etc., perderam o prestígio por não trazerem em seu bojo algumas reflexões conceituais consideradas fundamentais. As análises das relações de produção; e dos processos de dominação passaram a constituir-se em eixo catalisador dos debates.

Os impasses políticos em que vivíamos acentuaram a exclusão de alguns temas e de algumas correntes de pensamento. Valorizaram-se os estudos sobre dinâmicas de

1 A obra de Caio Prado Júnior, *Evolução Política no Brasil*, foi editada em 1933. O trabalho é pioneiro, indicando a presença na história brasileira de análises marcadas por uma reflexão marxista. Contudo, será principalmente nas décadas de 60 e 70 que a obra de Caio Prado Júnior enfrentará discussões, fruto da conjuntura política da época.

2 Florestan Fernandes, especialmente em seu livro *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (São Paulo, Dominus Ed., 1965), revê as análises que, ao compor o perfil ameno do brasileiro, deixavam de lado as contradições de classe acentuadas pela cor.



e negação da terra descoberta

JANICE T. DA SILVA

Gravura do séc. XVI, com os  
"tubarões e peixes voadores dos  
mares tropicais"

- 3 As obras de Celso Furtado indicam todo o trajeto da polêmica sobre a economia brasileira especialmente nos anos 50 e 60. Os temas escolhidos pelo autor indicam os caminhos da polêmica entre os teóricos da dependência. São eles: *A Economia Brasileira*, 1954; *Uma Economia Dependente*, 1956; *Perspectiva da Economia Brasileira*, 1957; *Formação Econômica do Brasil*, 1959; *A Operação Nordeste*, 1960; *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, 1961; *A Pré-Revolução Brasileira*, 1962; *Dialética do Desenvolvimento*, 1964; *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, 1966; *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, 1967; *Um Projeto para o Brasil*, 1968; *Formação Econômica da América Latina*, 1960.
- 4 A obra de Gilberto Freyre marcou profundamente a historiografia brasileira. Seu texto mais conhecido é *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, (14ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1969).
- 5 Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1969.
- 6 A reflexão elaborada por Sérgio Paulo Rouanet em seu livro *Imaginário e Dominação* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978), é bastante esclarecedora quanto ao uso destes conceitos tanto na obra de Althusser quanto na de Gramsci.
- 7 Rubén Bonifaz Nuno, *Imagem de Tláloc*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1986, p. 20.
- 8 O livro de Angel Rama, *A Cidade das Letras* (São Paulo, Brasiliense, 1985), discute com maior detalhe esta questão.
- 9 Jacques Le Goff, *O Maravilhoso e o Cotidiano Medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1981.
- 10 Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editorial Presença, 1981.
- 11 Marco Polo, *O Livro das Maravilhas*, Porto Alegre, L&PM Editores, 1985.
- 12 Johan Huizinga, *O Declínio da Idade Média*, Ed. Ulisséa, s/d.
- 13 O trabalho de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial* (Lisboa, Editorial Presença, 1981), é de extrema importância para se compreender o processo de montagem das economias monetárias e pré-monetárias. Godinho recupera tanto a historiografia quanto a própria natureza das contradições presentes

funcionamento do sistema colonial, teorias sobre o capitalismo dependente ou outras abordagens, onde estivesse presente a temática da reforma ou revolução. Portanto, alguns temas foram privilegiados ao mesmo tempo em que a história da cultura ganhava um lugar no purgatório. Defendê-la correspondia a partilhar de uma visão tida como conservadora.

Hoje, é mais fácil resgatar o nosso lugar de historiador. Não nos sentimos obrigados a responder questões tão imediatas que se referem ao cotidiano político brasileiro. Assim, constituímos um espaço mais amplo para as reflexões, retomando algumas questões que haviam sido colocadas na lateral, nestes anos de ditadura.

A história das mentalidades ou, ainda, a história da cultura, procura reencontrar com o passado depois de um longo período de negação dos referenciais tidos como pouco empenhados. Inicia-se um reconhecimento deste acervo histórico onde retomamos antigos caminhos abertos pelo historicismo alemão. Ao mesmo tempo, assistimos a um aprofundamento das discussões sustentadas pela análise das formas de linguagem. Cresce em importância a discussão sobre o gênero narrativo para o estudo de configurações historicamente determinadas.

A reflexão que elaboro atualmente sobre o significado da cultura ibérica na colonização da América encontra seu nascedouro nesta antiga polêmica travada por historiadores preocupados em analisar configurações culturais. Portanto, meu universo narrativo pressupõe uma série de questões já elaboradas por Sérgio Buarque de Holanda, em *Visão do Paraíso*; Edmundo O'Gorman, especialmente em seu livro *A Invenção da América*, e Antonello Gerbi cujo trabalho *La naturaleza de las Indias Nuevas* marca, através do próprio ritmo da linguagem, este debate.

Evidentemente são inúmeros os trabalhos que se dedicam à história das mentalidades, especialmente entre os historiadores franceses (Le Goff, Duby, Delumeau, entre outros). Trabalhando com novos objetos, esses estudiosos estão atentos aos estudos sobre estruturas mentais. No caso da América espanhola, por exemplo, convém lembrar o trabalho *La Colonisation de l'Imaginaire*, de Serge Gruzinsky, onde são analisadas sociedades indígenas e ocidentalização no México durante os séculos XVI, XVII e XVIII, ou ainda, de J. Lafaye, *Quetzacóatl y Guadalupe*, texto que recupera a idéia de miscigenação na gênese do mito crioulo.

Por caminhos diversos daqueles trilhados pela escola francesa, opondo marxismo ao estruturalismo, tanto a historiografia inglesa como a alemã repensaram o que é ideologia, o que é imaginário e o que é representação. Este debate foi extremamente fecundo, permitindo aos historiadores aprofundar suas análises, liberando a palavra "ideologia" de uma significação atrelada apenas à idéia de "dominação" (6).

A palavra "imaginário" havia sido vinculada freqüentemente a outras como "falsidade", "mentira", "engano". Ao mesmo tempo, pressupunha-se ser a superestrutura mero reflexo da infra-estrutura. Ao se romper esta correlação, foi criado um espaço para que os processos de percepção de um mesmo objeto pudessem re-significá-lo. Assim, a realidade deixou de ser boa ou má, certa ou errada, falsa ou verdadeira para tornar-se *objeto apreendido através de correspondências fictícias capazes de nos revelar correspondências reais*.

Sem querer desvendar os mistérios da dominação, preferindo enveredar pelas estruturas mentais produtoras de correspondências fictícias, o historiador retomou o documento, procurando, através dele, decompor seu universo teórico para penetrar no texto.

Neste trajeto de revalorização do documento histórico, destaca-se o trabalho de Rubén Bonifaz Nuno. Uma esplêndida reflexão sobre os limites das fontes escritas. Para ele "os monumentos plásticos, grandes e pequenos, estão livres de suspeita de contaminação", permitindo, portanto, que se inicie a compreensão de outros universos cognitivos. O caminho trilhado por Bonifaz afasta a idéia de miscigenação, mostrando através da imagem de Tláloc como o homem se revela "frente de ação criadora dos princípios divinos" (7).

É esta a discussão que procuraremos recuperar, ao analisarmos o primeiro olhar dos navegantes portugueses, espanhóis e italianos sobre a América. Feita a localização bibliográfica, analisaremos o processo de conquista e colonização expresso nos textos coloniais.

Partiremos do imaginário medieval capaz de hierarquizar as figuras que seriam transplantadas para a América. Reconhecemos, nas descrições da natureza, a presença de uma *epistemoclássica* (8) responsável pela manutenção de uma mesma

ordem reproduzida, como sempre igual, ao longo do período colonial.

O colonizador ao se dar conta da perda do paraíso terrestre, do maravilhoso(9), lançou-se à reprodução da cenografia européia na América. Iniciou esta obra, renunciando a descobrir novas relações entre coisas, negando o que pudesse parecer novo, preferindo ver apenas o seu reflexo no espelho da história.

## AS GRANDES VIAGENS: PROCESSO DE DIFUSÃO DE UMA LINGUAGEM

Os livros *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda, e *Invenção da América*, de Edmundo O'Gorman, nos mostram, com detalhes e precisão, a importância de todo o imaginário europeu na constituição da América. É interessante retomar estas leituras com vistas à análise do processo de difusão de uma linguagem em meio ao processo de montagem de uma economia mundial(10).

As viagens de Marco Polo(11) e as próprias formas de divulgação de suas façanhas favoreceram a criação de fantasias onde as pedras preciosas, o luxo, a nudez, a fatura alimentar e os monstros passaram a reger o imaginário medieval. Este imaginário era mantido através do hábito antigo de se reproduzir histórias.

Como grande parte da população era analfabeta, constituía-se o hábito comum de dar forma às imagens(12) que se queria lembrar. Este mundo das maravilhas, descrito em detalhes, integrou-se na expansão econômica dos séculos XIII e XIV, favorecendo a constituição de impérios ultramarinos. Portanto não se trata de considerar causas de diversas naturezas para justificar o empreendimento marítimo. Trata-se de perceber como a empresa colonial portuguesa se efetivou, ao produzir equivalências culturais necessárias à comercialização dos produtos. Portugal elabora, ao longo de sua história, padrões culturais de contato e difusão.

Neste sentido, o imaginário constituiu-se em elemento significativo para a nossa história, porque representou a possibilidade de transplante e difusão dos padrões culturais europeus na América em meio à efetivação da obra colonial. Do ponto de vista econômico, as contradições foram muitas, já que o mercador arruinou-se para manter-se como cavaleiro, preso que estava à fantasia de ser fidalgo(13).

Colombo é uma personagem significativa nesta história. Ele se recusa a ver a América, preferindo manter seus sonhos de que estaria próximo ao Oriente ou, ainda, ser a América o paraíso terrestre. Morreu, depois de quatro viagens, acreditando em suas fantasias, apesar das evidências indicarem a presença de um novo continente(14).

Colombo recusa as evidências e não reconhece o continente que descobriu, nega a nova terra descoberta, para extrair dela imagens capazes de expressar os seus antigos sonhos. Este processo de negação da realidade, inaugurado por Colombo, permite ao colonizador montar cenograficamente o seu universo cultural. É este processo que procuraremos analisar.

A descrição da América é feita na medida em que o imaginário, "organizado" previamente, controla todo o "fio" narrativo e, como uma instituição disciplinar, ele mantém intactas as visões de mundo tipicamente européias.

Analisando um caso específico, poderemos penetrar neste longo processo onde o sujeito constituído e o sujeito constituinte fazem parte de uma mesma lógica que deve ser preservada na obra colonial. Observem a forma de atuação de Matteo Ricci, padre italiano da Companhia de Jesus. Em sua obra de catequese, ele ensinava aos chineses construir um palácio de memória interferindo, assim, nas formas de percepção dos objetos:

"Disse-lhes que o tamanho do palácio dependia do tanto que quisessem recordar: a construção mais ambiciosa do edificio consistiria de muitas centenas de edificios de todas as formas e dimensões; quantas mais forem melhor será, embora acrescentasse que não era necessário construir imediatamente numa proporção grandiosa. A pessoa podia criar palácios modestos ou construir estruturas menos dramáticas tais como o recinto de um templo, um conjunto de gabinetes oficiais, um albergue público ou uma tenda de mercadores, se a pessoa quisesse começar numa escala ainda menor, poderia montar um simples salão de entrada, um pavilhão ou um estúdio. E se quisesse um espaço íntimo, poderia usar apenas o canto do pavilhão, um altar num templo ou, até mesmo, um objeto tão doméstico como um guarda-roupa ou divã" (15).

na realidade portuguesa para explicar a crise econômica, em meio ao "alargamento do mercado à escala do orbe". Diz Godinho: "O Estado mercantilizou-se, mas não se organizou como empresa comercial. O cavaleiro deixou-se arrastar pela cobiça, mas não soube tornar-se mercador e arruinou-se nos gastos demasiados. O mercador quis ser, ou viu-se forçado a pretender ser cavaleiro, a hipertrofia do Estado-negociante obstruiu o desenvolvimento de forte burguesia mercantil e industrial. Descobriu-se a necessidade da poupança, mas desviou-se para a colocação imobiliária, sem fomentar o investimento. O dinheiro da expansão irá sobretudo para as igrejas multiplicadas, no deslumbramento da talha, e para os solares a polvilhar a província — e o solar e a igreja ainda serão os pólos da construção urbana, fora disso assaz modesta. O investimento, quando se deu, inscreveu-se nos quadros senhoriais — cavaleiro mercador, senhorio capitalista. Estado mercantilista-senhorial define talvez a fugidia, cambiante, tão emaranhada realidade desses dois séculos. O mesmo é dizer que o vector dominante dessa mudança do mundo é o comércio, esse comércio que, denegrido por religiosos e fidalgos, moldava a expansão e que o feitor da Casa da Índia, conquanto sob vários aspectos tradicionalistas, considerava 'o meio per que se concilia e trata a paz e amor entre todos os homens' por ser 'o fundamento de toda a humana política, pero que os contratantes diferem em lei e crença de verdade que cada um é obrigado ter e crer de Deos' (Década I, Livro V, cap. 1). E a Francisco Xavier, sacudindo o pó ao sair da cidade de Mamon, respondera antecipadamente Tomé Pires: 'O qual trato de mercadoria é tam necessário que se tem ele se non susteria o mundo; este é que nobrece os Regnos, que faz grandes gentes e nobelita as cidades, e o que faz a guerra e a paz no mundo. É hábito o da mercadoria limpo. Nom falo no meneo dela, havido em estima: que cousa pode ser melhor que a que tem por fundamento a verdade?' (*Suma Oriental, Proêmio*, vol. II, p. 325). A palavra decisiva está dita: pela mercadoria, pelo alargamento do mercado à escala do orbe, nasce uma nova mentalidade pela qual o homem aprende a situar-se no espaço da percepção visual e da geometria, no tempo da data, da medida e da mudança, e se norteia pelo número, objeto de verificação, começando a forjar a ferramenta que lhe permite separar o real da ganga do fantástico", v. I, p. 62.

14 Cristóvão Colombo, *Diários da Descoberta da América. As Quatro Viagens e o Testamento*, Porto Alegre, L&PM Editores, 1984.



- 15 Jonathan D. Spence, *O Palácio da Memória de Matteo Ricci*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.
- 16 Santo Inácio de Loyola, *Exercícios Espirituais*, 3ª edição, São Leopoldo, Ed. Cecei, s/d.
- 17 Johan Huizinga em seu livro *O Declínio da Idade Média*, nos lembra a importância da cor. "O preto era já então uma cor favorita mesmo nos trajes da corte, especialmente no veludo. Filipe, o Bom, na idade adulta, vestia-se sempre de preto e o seu séquito bem como os seus cavalos usavam a mesma cor. O rei Renato, sempre procurando o que era refinado e distinto, combinava o cinzento e o branco com o preto. Esta cor usava-se mais em conjunto com o cinzento e o violeta do que o azul e o verde, enquanto o amarelo e o pardo eram ainda quase desconhecidos. Ora a raridade do azul e do verde não deve atribuir-se simplesmente à predileção estética. O significado simbólico ligado ao azul e ao verde era tão marcado e tão particular que os tornavam quase impróprios para o vestuário comum. Eram as cores do amor. O azul significava fidelidade; o verde paixão amorosa (...)

O amarelo significava hostilidade. Henrique de Wurtemberg, com todo o seu séquito vestido de amarelo, passou em frente de Filipe de Borgonha "e o duque ficou a saber que era contra ele".

Na segunda metade do século XV parece ter havido uma temporária diminuição do preto e branco em favor do azul e amarelo. No século XVI, ao mesmo tempo que na arte se começaram a evitar contrastes ingênuos das cores primárias, o hábito de usar combinações de cores ousadas e bizarras no vestuário passou também de moda, p. 281.

Para Ricci estes exercícios eram muito importantes, porque através deles se ensinava a interiorização de determinadas formas de organização da sociedade. Assim, estruturaram-se enunciados capazes de representar o poder em diferentes espaços geográficos. Estes objetos poderiam ser, em parte, imaginados e, em parte, mantidos como descrição da realidade conhecida. Portanto, dizia ele, devemos dar uma imagem a tudo que queremos lembrar. Velho hábito tão bem instrumentalizado nos Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola. A relação entre imagem, pensamento e palavra constitui a memória como sistema capaz de criar analogias entre signos de poder.

A palavra-chave pode ser, por exemplo, "obediência a Deus". Observem como se constrói uma cenografia para introduzi-la:

#### Quinto Exercício: meditação do Inferno:

1. ponto: Ver com o olhar da imaginação as grandes chamas e as almas como que em corpos incandescentes.
2. ponto: Aplicar o ouvido aos prantos, alaridos, gritos, blasfêmias contra Cristo Nosso Senhor e contra todos os seus santos.
3. ponto: Com o olfato sentir fumaça, enxofre, cloacas e podridão.
4. ponto: Provar com o paladar coisas amargas, tais como lágrimas, tristeza e o Verme da consciência.
5. ponto: Tocar com o tato como as chamas atingem e abrasam as almas." (16)

Na Idade Média, como se pode observar através deste exercício, o pensamento e a memória constituíam-se a partir de figuras. A relação com as relíquias, por exemplo, caracteriza esta necessidade de materialização do universo religioso. As idéias abstratas como o ciúme, por exemplo, eram expressas através da cor de uma roupa(17). Os tecidos e os ornamentos hierarquizavam e diferenciavam a população da cidade. Em suma, a cultura material representava um sistema de normas e padrões culturais capazes de manterem e difundirem uma mesma ordem simbólica em países onde a comunicação e a negociação poderiam parecer impossíveis.



Mexicanos festejam a vitória sobre seus inimigos, no livro de Johann L. Gottfried

Quando a América foi descoberta ou, ainda, nesses anos que antecederam uma colonização mais efetiva, o sonho foi delineado com inúmeros detalhes com base em fragmentos de histórias do Oriente. Em meio às viagens de reconhecimento do litoral brasileiro, ao se estabelecerem os primeiros contatos com a população indígena e, principalmente, ao se elaborarem mapas da costa brasileira, os navegadores foram obrigados a abstrair para transformar o que era natureza em cidades similares às europeias.

Na medida em que foram obrigados a "repetir" o acervo cultural de um lado para o outro do Atlântico, desvincularam-se de um universo marcado pela figura para produzirem um signo<sup>(18)</sup>. O mapa neste sentido representa uma transformação na estrutura do pensamento de importância fundamental. Podíamos encontrar um porto, uma feitoria no mapa, ou seja, estávamos diante de um signo que denegava sempre a América como o espaço da natureza tropical. A iconografia produzida na Europa, no século XVI, nos mostra, por exemplo, uma América pobre em vegetação, remetendo-nos mais a um deserto que a uma floresta tropical.

Estas formas de pensamento, típicas do período renascentista, nos mostram como o sonho de uma ordem permitiu que se perpetuasse determinada concepção de mundo. O pensamento abstrato, a matemática, o sinal de igual e a experiência acabam por corroer parte deste mundo de fantasias que tornou possível aproximar culturas do Ocidente e do Oriente. Mesmo quando a obra inicial era destruída, persistia a conservação de uma imagem, um código de comunicação, uma forma de representação capaz de sustentar a economia mundial que as frotas de navegação, independentemente de sua origem, consolidavam.

As fortificações à beira-mar, os muros ou ainda uma cadeia semidestruída indicavam o espaço onde o português imigrado manter-se-ia iniciado na condição de colonizador. Ou seja, saberia identificar como oposição todos os elementos de civilização e todos os elementos de barbárie para manter a integridade do seu padrão cultural e, neste sentido, o que era estranho deveria ser excluído.

Este é o sentido de se discutir ter sido a América inventada antes de ser descoberta<sup>(19)</sup>. Criou-se uma linguagem capaz de manter-se igual mesmo quando em confronto com outras culturas com tradições e costumes mais elaborados ou ainda di-

18 Ugo Tucci refere-se à passagem da representação simbólica do mundo à científica: "Na Europa medieval as idéias geográficas correntes encontravam então a sua mais perfeita tradução visual nas figurações simbólicas da Terra no seu conjunto, mas os astrônomos e os marinheiros possuíam certas cognições práticas mais extensas e mais próximas da verdade do que aquelas expressas nos mapas-mundo, em especial para a navegação no Mediterrâneo e na costa atlântica de Gibraltar e no mar do Norte, os mapas usados eram construídos com suficiente exatidão. Era uma cartografia empírica, que aliava os seus métodos à simplicidade elementar da representação de áreas geográficas relativamente restritas, onde a passagem da esfera ao plano comportava deformações insignificantes. A sua bagagem teórica era modesta e não muitos problemas a punham em contato com a matemática; mas o emprego da bússola antecipava os princípios essenciais da nova geometria cartesiana, e se não se tinha em conta a declinação magnética era por no Mediterrâneo as diferenças serem praticamente irrelevantes (...)

O alargamento material do conhecimento espacial do mundo esvaziou de significado os mapas ecumênicos que, de fato, coincidindo com as grandes viagens de descoberta, desapareceram nos últimos vinte anos do século XV. O espaço medieval, que englobava o universo inteiro, cedeu lugar à ciência da terra, a cosmografia à geografia. Em 1596, as loxodromias apareceram pela primeira vez num mapa-mundo — construída pelo Mercator, "ad usum navigantium" —, marcando assim o abandono do mapa-plano. A decretar o fim deste não foram os homens do mar que, não obstante as insuficiências que os espaços

oceânicos punham cruamente à luz, conseguiam ainda aproveitá-lo, mas sim os matemáticos, aos quais daí em diante se ficou a dever a racionalização e a precisão dos mapas: de fato, será o cálculo diferencial, um século depois, a fornecer um instrumento mais exato para o traçado das latitudes crescentes, quando as regiões polares começaram também a tornar-se acessíveis. À medida que a cartografia do real cobria extensões cada vez mais importantes do globo terrestre, as suas relações com a matemática tornavam-se necessariamente mais estreitas e, por exemplo, o "theorem egregium" de Gauss, com a solução negativa dada ao problema da reprodutibilidade sem alterações de comprimentos, áreas e ângulos, teve um peso determinante na representação técnica das elaborações modernas." In *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 139-40.

19 Edmundo O'Gorman, *La Invenção de América*, México, Fondo de Cultura Económica, 1977.

20 Johan Huizinga aborda a questão do uso da alegoria na sociedade medieval, deixando espaço para muitas reflexões quanto ao seu uso na própria obra da catequese e sua difusão na conquista da América. Observem: "Todo o realismo, no sentido medieval, conduz ao antropomorfismo. Tendo atribuído uma existência real a uma idéia, o espírito tem necessidade de ver esta idéia viva, e só consegue personificando-a. Assim nasce a alegoria. Não é o mesmo que simbolismo. Este exprime uma relação misteriosa entre duas idéias, ao passo que a alegoria dá uma forma visível à concepção de tais relações. O simbolismo é uma relação profunda do espírito, a alegoria é superficial. Ajuda o pensamento simbólico a exprimir-se, mas ao mesmo tempo compromete-o substituindo uma idéia viva por uma figura. A força do símbolo consome-se na alegoria.

De modo que em si mesma a alegoria implica, logo de início, a normatização, a projeção em superfície, a cristalização. Além disso a literatura medieval tornou-se como um tema gasto da antiguidade decadente. Martianus Capella e Prudentius foram os seus modelos. A alegoria raramente perde o ar de velharia e pedantismo. E no entanto o uso dela foi muito do gosto do espírito medieval. De outro modo, como se explicaria a preferência que durante tanto tempo se deu a essa forma?" (op. cit., pp. 213-4).

21 Angel Rama em seu livro *A Cidade das Letras* retoma "o belo livro de Italo Calvino, *La Città invisibili*. Marco Polo conta a Kublai Kan como a cidade de Tamara, onde "Pocchio non vede cose ma figure di cose chi significano altre

ferentes daqueles adotados pelos europeus. A viagem de circunavegação, ao ter comprovado ser a Terra redonda e os mares um só, contrapôs-se às políticas de isolamento cultural, desmobilizando uma percepção mágica do universo. Contudo, ao persistirem determinadas linguagens figuradas, tornou-se possível a dissimulação de acervos culturais distintos.

A obra de catequese e de colonização, ao se utilizar de imagens figuradas, resguardou, em meio às línguas indígenas, um universo de imagens que não podiam ser traduzidas por não encontrarem correspondências. Todo o realismo de tradição medieval (tão bem estudado por Huizinga), marcado pelo antropomorfismo, ao atribuir uma existência real a uma idéia, conduz o pensamento à alegoria, resguardando o espaço, na própria linguagem, para a manutenção de outras unidades conceituais advindas de universos cognitivos diferenciados(20). A percepção cristã do mundo cristalizou-se, definiu seu espaço de atuação, abrindo as portas para um politeísmo de raiz indígena, africana e européia. Assim, sobreviveram acervos culturais distintos capazes de escapar à montagem de uma linguagem necessária ao funcionamento de uma economia mundial.

## HIERARQUIZAÇÃO DA NATUREZA AMERICANA

As primeiras narrativas elaboradas sobre a terra descoberta nos mostram como "o olho não vê coisas, mas imagens de coisas que significam outras coisas" (21). Os documentos que tratam do descobrimento do Brasil, dos indígenas, da fauna e flora brasileira caracterizam bem como os objetos são descontextualizados para a organização de uma imagem de natureza pedagógica e tirânica. As informações oferecidas ao leitor constroem uma percepção unívoca do universo através de um significado moral construído em meio à descrição(22).

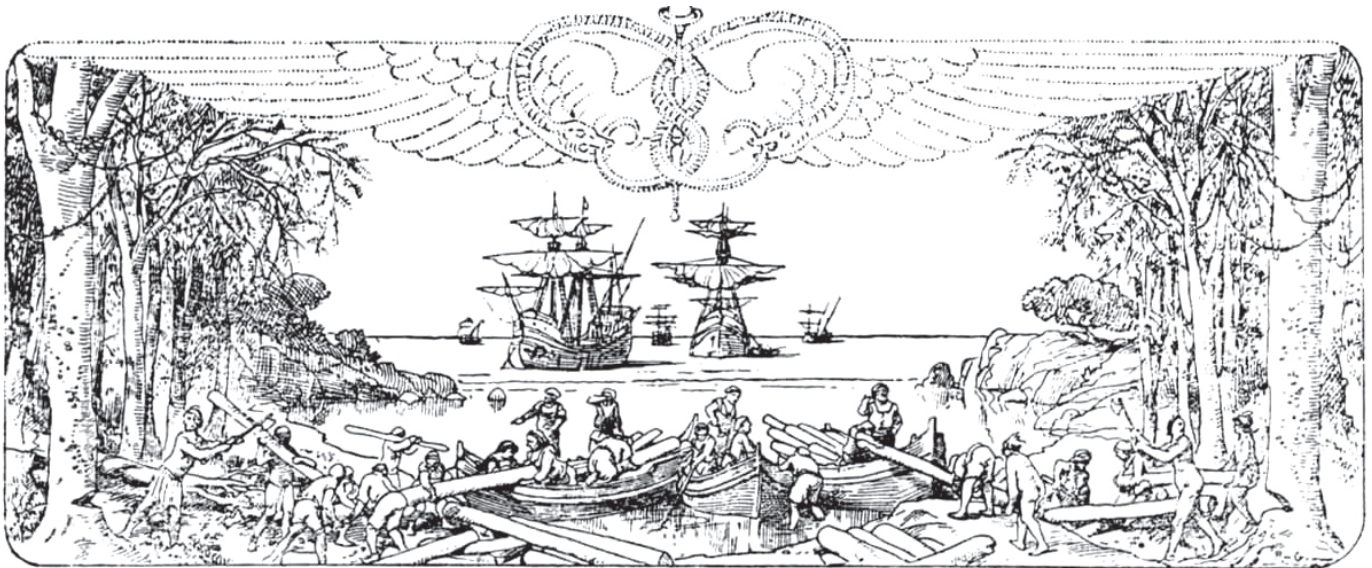
Toda a narrativa elaborada sobre o descobrimento e a colonização do Brasil organiza o que é semelhante. O narrador procura elementos que devam ser ajustados, aproximando as relações entre o mundo vegetal e animal. Delega-se ao homem o direito de hierarquizar e utilizar em seu próprio benefício todas as espécies. Assim os vegetais e os animais existem para serem consumidos pelo homem europeu. Diversamente para o indígena, as espécies devem manter o equilíbrio da natureza, equilíbrio identificado com a barbárie.

Neste sentido, o paraíso não pode ser encontrado porque a natureza americana, a selva e o selvagem passam a responder por tudo que foi desejado, reprimido e dominado. Incapaz de se identificar com a natureza, o descobridor inicia sua obra colonial, sacrificando a própria fertilidade da terra descoberta. Neste sentido a colonização é predatória(23).

Portanto, o processo de descrição e observação do novo continente recém-descoberto envolvia basicamente a manutenção do universo europeu e não o conhecimento da América. Observem, por exemplo, a descrição feita por Fernão Cardim dos costumes indígenas, especialmente do comer e beber:

"Têm alguns dias particulares em que fazem grandes festas, todas se resolvem em beber, e duram dous, três dias, em os quais não comem, mas somente bebem, e para estes beberes serem mais festejados andam alguns cantando de casa em casa, chamando e convidando quantos acham para beberem, e revezando-se continuam estes bailos e música todo o tempo dos vinhos, em o qual tempo não dormem, mas tudo se vai em beber, e de bêbados fazem muitos desmanchos, e quebrão as cabeças uns aos outros, e tomão as mulheres alheias, etc. Antes de comer nem depois não dão graças a Deus, nem lavam as mãos antes de comer, e depois de comer as alimpão aos cabelos, corpo e paus; não tem toalhas, nem mesa, comem assentados, ou deitados nas redes, ou em cocaras no chão, e a farinha comem de arremesso, e deixo outras muitas particularidades que têm no comer e beber, porque estas são as principais" (24).

A descrição da maneira de comer e beber se constrói em paralelo com os hábitos europeus de forma a impedir a incorporação de costumes indígenas. Assim, por oposição (civilização x barbárie) a natureza americana é descrita de forma a denegar o universo indígena e a imobilizar na memória o padrão cultural europeu. Aman-



cebados com indígenas, os colonizadores poderiam, sem perceber, abandonar a ordem simbólica que os transformava em conquistadores.

O mesmo ocorre com a flora e com a fauna. O olhar do europeu sobre a natureza apesar de procurar o novo — plantas ou animais desconhecidos — realiza-se enquanto unidade discursiva, estruturando velhas significações. As referências europeias constituem-se no centro organizador da descrição que ordena as espécies. Assim, o imaginário europeu permite à natureza americana ser reconhecida e hierarquizada segundo padrões estabelecidos na metrópole. Assim, são criadas correspondências fictícias que passam a contrapor "natureza" e "cultura". Frei Vicente descreve a nossa natureza mantendo o princípio renascentista do homem como centro do universo. A flora e a fauna descritas por este ângulo indicam que podem ser utilizadas indiscriminadamente pelo homem, sugerindo, portanto, a destruição e não a preservação como elemento constitutivo da ordem colonial:

"Há no Brasil grandíssimas matas de árvores agreste, cedros, carvalhos, angelins e outras não conhecidas na Espanha, de madeiras fortíssimas para se poderem fazer delas fortíssimos galeões e, o que mais é, que da casca de algumas se tira estôpa pera se calafetarem e fazerem cordas pera enxárcia e amarras, do que tudo se aproveitam os que querem cá fazer navios, e se poderá aproveitar el-rei se cá os mandara fazer. Mas os indios naturais da terra as embarcações de que usam são canoas de um só pau, que lavram a fogo e ferro; e há paus tão grandes que ficam depois de cavadas com dez palmos de bôca de bordo a bordo, e tão compridas que remam a vinte remos por banda" (25).

As madeiras serão valorizadas pela durabilidade e resistência, padrão significativo para populações sedentárias que utilizam a madeira na estrutura de suas habitações, ou ainda, que necessitam de embarcações para viagens muito prolongadas. Nesse sentido, a construção dos navios, citada no texto acima, constitui-se no elemento de "nobilitação" das madeiras entre si. O potencial da natureza em oferecer alimentos fenece diante da possibilidade de sua utilização como material construtivo.

Em suma, os primeiros símbolos que indicam a presença da cultura europeia na América e a negação da natureza estão concentrados no próprio processo de descrição da terra descoberta. A imagem que permite à América se apresentar como cópia do velho mundo foi forjada no bojo do pensamento renascentista e transformada em parte da história universal e imperial. Nela, o Brasil surge como um capítulo, à medida que se integra à cultura europeia. E, neste sentido, 1500 é um marco.

cose". A espessa trama dos signos impõe sua presença, não permite que nada mais seja visto: "O olhar percorre os caminhos como páginas escritas: a cidade diz tudo aquilo que deves pensar, faz-te repetir o teu discurso, e quando pensas estar visitando Tamara não fazes mais do que registrar os nomes com os quais ela se define a si própria e a todas as suas partes".

Rama retoma a idéia expressa por Italo Calvino para dar continuidade a sua reflexão: "Não somente Tamara, toda a cidade pode parecer-nos um discurso que articula variados signos-bifrontes de acordo com leis que evocam as gramáticas. As cidades desenvolvem suntuosamente uma linguagem mediante duas redes diferentes e superpostas: a física, que o visitante comum percorre até perder-se na sua multiplicidade e fragmentação simbólica, que a ordena e interpreta, ainda que somente para aqueles espíritos afins, capazes de ler como significações o que não são nada mais que significantes sensíveis para os demais, e, graças a essa leitura, reconstruir a ordem. Há um labirinto das ruas que só a aventura pessoal pode penetrar em um labirinto dos signos que só a inteligência racionante pode decifrar, encontrando sua ordem.

Esta é obra da cidade letrada. Só ela é capaz de conceber, como pura especulação, a cidade ideal, projetá-la antes de sua existência, conservá-la além de sua execução material, fazê-la sobreviver inclusive em luta com as modificações sensíveis que introduz incessantemente o homem comum", pp. 54.

22 Keith Thomas em seu livro *O Homem e o Mundo Natural*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988,



## A CIDADE EUROPÉIA COMO NEGAÇÃO DA NATUREZA AMERICANA

coloca-nos algumas questões básicas para se compreender a relação entre o homem e a natureza: "Os séculos XVII e XVIII presenciaram uma ruptura fundamental com os pressupostos do passado. Ao invés de perceber a natureza em termos basicamente de suas analogias e semelhanças com o homem, os naturalistas começaram a tentar estudá-la em si própria. De forma alguma foram indiferentes aos usos humanos da natureza, mas não faziam deles o centro de suas percepções. Uma taxionomia neutra e alegadamente objetiva substituiu os métodos de classificação mais antropocêntricos. Os cientistas descartaram a crença de que os fenômenos naturais deviam ser entendidos em termos de seu significado humano, bem como atacaram o erro vulgar segundo o qual as aves, animais e plantas podiam reagir simpaticamente ao comportamento do homem. A convicção de que animais e vegetais tinham um sentido religioso ou simbólico permaneceu artigo de fé para muitos camponeses da era vitoriana, mas perdeu o apoio dos intelectuais; as pessoas cultas passavam agora a acreditar que o mundo da natureza tinha existência própria e independente, e assim devia ser percebido. 'Sempre observar ou descrever algum indício interessante na natureza vinculando-o, por vagas analogias, com o mundo moral', dizia S. T. Coleridge, 'revela tibieza de impressão. A natureza tem seu interesse particular; e aquele que acredita e sente saberá qual é este: que todas as coisas têm uma vida própria' " , p. 108-9. Também é interessante lembrar (Gênesis, cap. 2, vers. 19-20) que Deus mandou Adão dar nome a todas as coisas dando-lhe domínio sobre elas.

23 Keith Thomas estuda com profundidade todo o processo de sujeição do mundo natural. Para se ter uma idéia deste processo Thomas retoma informação citada por Curt F. Buhler, em *The Fifteenth-Century Book* (Filadélfia, 1960, pp. 41-2), de que as trinta cópias da Bíblia de Gutenberg impressas em pergaminho, em 1456, empregaram o couro de aproximadamente 5 mil bezerras. Para o autor, a "civilização humana era uma expressão virtualmente sinônima de conquista da natureza. O mundo vegetal sempre foi fonte de alimento e de combustível; o Ocidente, por esta época, caracterizava-se por sua dependência excepcionalmente alta dos recursos naturais, fosse para o trabalho, o alimento, o vestuário ou o transporte. A civilização da Europa medieval seria inconcebível sem o boi e o cavalo. Na verdade, já se calculou que o emprego de animais para carga e tração fornecia ao europeu do século XV uma força motriz cinco vezes superior à de seus contem-

Para a manutenção da *epistème* clássica é de extrema importância para o europeu emigrado manter contato com a Europa, com seus símbolos de cultura. O mar, as frotas e os combates marítimos, por exemplo, são elementos constantes na iconografia da época. Muitas vezes, podemos supor serem apenas as cidades uma forma ordenada de hierarquizar os símbolos de cultura. As cidades são, de fato, a expressão mais clara desta ordem. Contudo, as imagens, mesmo quando apresentadas como fragmentos, fornecem-nos uma correlação entre os elementos presentes e ausentes. Assim, a predominância das caravelas na iconografia da época sugere mais o país de origem que a própria América presente no desenho. Portanto, a água e as caravelas representam o elo de ligação entre Europa e América. As embarcações sobressaem nos desenhos, ocupam lugar central, desafiam as proporções das terras descobertas e das pequenas vilas representadas na cartografia da época. Assim, indicam a presença constante das frotas que abasteciam, de produtos europeus, as vilas e cidades dispersas pelo vasto litoral brasileiro. A imagem do novo mundo constitui-se a partir das caravelas e o litoral, o contorno dos continentes descobertos, apresenta-se como prova da ligação com a Europa.

Frei Vicente mostra o seu desgosto por não conhecer a largura desta terra:

"da largura que a terra do Brasil tem para o sertão, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos" (26).

Os portugueses, diversamente dos espanhóis, contam com menos recursos para a montagem de vilas ou cidades. A população indígena brasileira, nômade, não fornecia uma estrutura urbana que pudesse representar um contraponto para novas edificações dentro dos padrões construtivos europeus. Enfrentar a selva, sem o apoio na retaguarda de uma vila ou cidade, representava o perigo da perda de um perfil conquistador. Sérgio Buarque de Holanda analisa esta questão em seu livro *Raízes do Brasil*:

"Em nosso próprio continente a colonização espanhola caracterizou-se largamente pelo que faltou à portuguesa: por uma aplicação insistente em assegurar o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, mediante a criação de grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América. Se, no primeiro momento, ficou ampla liberdade individual, a fim de que, por façanhas memoráveis, tratasse de incorporar novas glórias e novas terras à Coroa de Castela, logo depois, porém, a mão forte do Estado fez sentir seu peso, impondo uma disciplina entre os novos e velhos habitantes dos países americanos, apaziguando suas rivalidades e dissensões e canalizando a rude energia dos colonos para maior proveito da metrópole. (...)

Já à primeira vista, o próprio traçado dos centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana" (27).

Portanto, os primeiros relatos portugueses, sobre as terras descobertas, tenderão a valorizar em suas descrições os feitos capazes de expressar a oposição "natureza/civilização". Embrenhar-se no mato era extremamente arriscado para o português, se ele não pudesse recompor, ainda que em parte, o universo cultural europeu. João Ramalho, por exemplo, se incorporou à natureza perdendo seu perfil de colonizador, preferindo viver à moda indígena.

Em suma, a obra de colonização exigia a presença da mão-de-obra indígena, mas não de sua cultura, para a construção dos povoados com o perfil europeu. Contudo, os indígenas brasileiros não se adaptaram às exigências mais sofisticadas do europeu. Tornou-se difícil a utilização desta mão-de-obra para a reprodução, no estilo português, das vilas e cidades que, com o passar dos anos, se esparramavam pelo interior brasileiro. Foi necessária a presença do português e do negro, ambos trazidos



Modas indígenas na Virgínia em 1585. Gravura do livro de Gottfried de 1634

de outro continente. A cidade confinada em meio a fortificações passou a representar um museu da cultura européia capaz de manter na memória princípios de ordenação básicos para a montagem da sociedade colonial. E a natureza tornou-se estranha e estrangeira, inimiga perigosa para os construtores de um mundo colonial. Ela deveria ser descrita para ser conquistada, favorecendo as formas de domínio sobre o meio ambiente. A cidade colonial exclui a vegetação, não supõe o jardim, valoriza a pedra, casarios altos, próximos uns aos outros, de forma a delimitar com clareza o espaço da urbe, o espaço da cultura.

Sem condições materiais para enfrentarem a "selva", os colonos optaram por permanecer, próximos ao oceano, nas caravelas. Enviando para a América toda a espécie de objetos produzidos na Europa, o Estado português investia-se de poder. Além dos objetos, exportava, para a América, uma estrutura de pensamento capaz de retirar o *status* da natureza, delegando-o para a cidade. O luxo, a majestade, o porte monumental, o brilho tornaram-se elementos necessários à constituição do Novo Mundo<sup>(28)</sup>.

Nesse sentido, os gestos típicos da liturgia cristã (que teriam sido reproduzidos instintivamente pelo indígena na primeira missa) indicam o início de um longo processo de identificação da história da América com a história da Europa. Observem a descrição feita por Pero Vaz de Caminha da primeira missa rezada no Brasil:

"Ali disse a missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco, perto de cinquenta ou sessenta dê-

porâneos chineses. Tal como a sociedade chinesa, as sociedades asteca e inca da América contavam com menos animais que seus conquistadores europeus; foram os espanhóis que introduziram os cavalos, bois, ovelhas e porcos no Novo Mundo. Além disso, os europeus eram excepcionalmente carnívoros em comparação com os povos vegetarianos do Oriente", p. 31.

- 24 Fernão Cardim é autor de descrições bastante detalhadas sobre a flora, fauna e a população indígena brasileira no início da colonização. Sua vida é pouco conhecida. Nascido em 1548, ingressou para a Companhia de Jesus em 1555, sendo responsável por uma das primeiras descrições de nossa terra. Em seu livro *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Belo Horizonte-Ed. Itatiaia/São Paulo-Ed. da Universidade de São Paulo, 1980), podemos acompanhar um olhar jesuítico que organiza a natureza descrevendo e negando a terra descoberta: o clima, as árvores e as ervas, os peixes, os mariscos, os lagartos, as cobras, os lobos d'água entre outros e, finalizando este capítulo, Cardim nos informa sobre os "animais, arvores, ervas, que vieram de Portugal e se dão no Brasil". Em seguida refere-se aos indígenas, costumes, adoração e cerimônias para concluir com uma *Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente (S. Paulo), etc.*, desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por visitador o Padre Christovão de Gouvêa.

- 25 Frei Vicente do Salvador nasceu em 1564 em Matoim, a seis léguas de Salvador, tomando o hábito de São Francisco em 1599. Escreveu o livro *História do Brasil 1500-1627* (São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1965), procurando sempre reunir uma série de documentos para, a partir deles, estruturar histórias da nossa terra. Suas descrições favorecem o processo de criação de uma ordem colonial.
- 26 Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil 1500-1627*, op. cit., p. 61.
- 27 Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 1961, p. 62.
- 28 Vitorino Magalhães Godinho em seu livro *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (Lisboa, Editora Arcádia, 1975, p. 107) lembra-nos como a produção não foi fomentada em Portugal: "Gastar mais do que a renda define em boa parte a mentalidade desse terciário nobiliárquico-eclesiástico; falta a idéia de investimento, de poupança para empregar produtivamente. O que não é gasto pode constituir reserva de valor, mas sob a forma de bens de raiz ou

jóias e objetos preciosos. Como advertia João Fogaça a um comendador, ao abrir o século XVI: "Cá segundo cá se diz, e eu avento, / de ter cousa sem raiz/ nam se faça fundamento" (*Cancioneiro Geral*, t. II, p. 345). Uma lei de 1570 estipula que pessoa alguma de qualquer estado e qualidade que seja, não gaste nem despenda mais do que tiver de renda; trabalhe até, e muito, por gastar menos, e o que lhe sobejar, empregue em bens de raiz ou em prata chá, não noutras cousas escusadas (*Leys e Provisões de D. Sebastião*, p. 99): ausência de qualquer preocupação de mobilizar o que sobeja para incrementar a produção".

29 Pero Vaz de Caminha, *Carta a El-Rei D. Manuel*, São Paulo, Dominius Editora, 1963, pp. 62-3.

30 O estudo de Thekia Hartmann, intitulado "Contribuição da Iconografia para o Conhecimento de Índios Brasileiros do Século XIX", faz parte da Coleção do Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 1975. Seu trabalho é de importância fundamental para aqueles que pretendem envolver em meio à documentação iconográfica. A própria apresentação do material, a partir do qual a autora irá elaborar sua análise, indica-nos a riqueza dos caminhos que podem ser perseguidos pelo historiador e pelo antropólogo: "A documentação iconográfica relativa aos índios brasileiros não tem sido devidamente apreciada em termos de sua importância para os estudos etnológicos no Brasil. Quando mencionada, refere-se quase sempre às xilogravuras de viajantes quinhentistas e então é acentuada a riqueza do material etnográfico que apresentam as gravuras de um Hans Staden ou de um Jean de Léry. Também Albert Eckhout, Franz Post e Zacharias Wagner, pintores do séquito de Nassau, constituem fonte de informação sobre índios nordestinos do século XVII e existem numerosos trabalhos acerca de sua produção artística, sempre focalizando, porém, ângulos de crítica estranhos ou apenas complementares ao campo etnológico. A sua consulta revela que os respectivos autores, por força de informação e interesses, examinaram a obra pictórica dos artistas holandeses do ponto de vista histórico ou estético, sem submetê-la a uma análise crítica de conteúdo. Ehrenreich (1984) constitui uma exceção, uma vez que procede a uma análise etnográfica dos índios pintados por Eckhout", p. 5.

31 Michel Foucault, em seu livro *As Palavras e as Coisas, uma Arqueologia das Ciências Humanas* (São Paulo, Martins Fontes, 1987, p. 33), analisa o papel que desempenhou a *semelhança* no saber da cultura ocidental: "Até o final do século XVI, a *semelhança* desempenhou um papel construtor

les, assentados todos de joelho assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco, e alcançaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar, como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fez muita devoção" (29).

A partir destas referências contidas em documentos da época, o colonizador é compelido a repetir indefinidamente o que as cartas de viagem, as crônicas, as descrições e as histórias do Brasil lhe ensinaram a recordar, a manter como memória de uma cultura americana. Os elementos que caracterizam os traços somáticos ou as vestimentas dos indígenas ou mesmo a natureza do Novo Mundo, em seu equilíbrio ecológico, foram deixados de lado(30).

O colonizador seleciona nos relatos de viagens e, na história da América, designa os momentos responsáveis por uma mobilização da sua consciência. Constrói a memória, seleciona momentos em que foi possível estabelecer correspondências capazes de revelar o sentido do evento presenciado. O que escapa ao conteúdo imposto deve ser omitido. Vale a pena lembrar que a censura aos livros no século XVI era muito rigorosa. Em meio a esta narração que parece fluir ingenuamente, como cartas ou descrições de viagem, poderemos reconhecer um enunciado que estabelece correspondências iniciais entre o Velho e o Novo continente. Correspondências que Pero Vaz de Caminha realiza para iniciar a constituição de um saber a partir de "um jogo de semelhanças que remetiam a uma tarefa infinita, necessariamente inacabada, de conhecer o similar" (31).

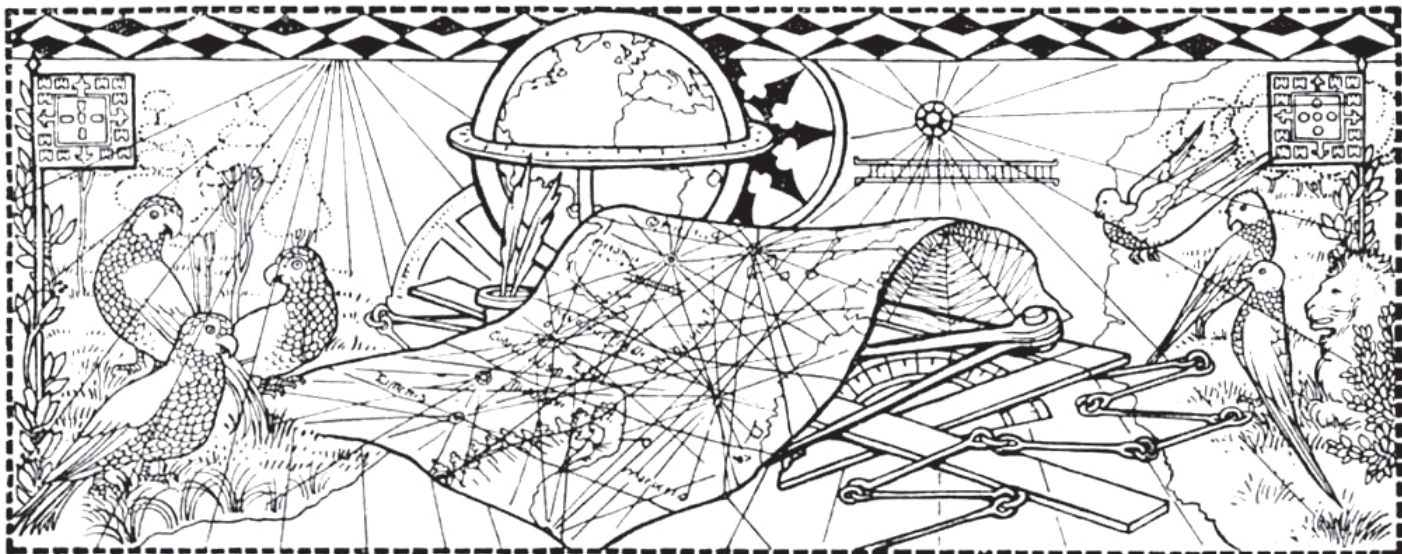
Frei Vicente, referindo-se à forma pela qual El-Rei mandou povoar outra vez a Bahia por Tomé de Sousa (primeiro governador geral do Brasil), domestica a história salvando o passado da desordem de uma infinidade de pequenos eventos (desastrosos do ponto de vista da colonização) que, se mal selecionados, poderiam despertar idéias proibidas oriundas de um mundo pagão. Define prioridades, mostrando o significado de se edificar, povoar e fortificar a cidade que chamou de Salvador. Assim, misturando descrições exatas a sua interpretação, enuncia a verdade.

O elogio feito por Frei Vicente a Tomé de Sousa demonstra a sua capacidade em articular o que anteriormente pode parecer uma seqüência de insucessos. Ou seja, Frei Vicente do Salvador, Fernão Cardim e André João Antonil(32), entre outros cronistas da época, rearticulam o mundo empírico, dissolvem relações que para eles não tinham valor explicativo e criam outras capazes de dar sentido à obra colonial.

A valorização de determinadas personagens, em detrimento de outras responsáveis por capitania hereditárias, governos gerais, lutas contra os indígenas e invasores estrangeiros, explica-se em grande parte pela forma com que foi internalizada a norma. A América necessitava de homens muito bem formados na ética imperial, para que pudessem atuar de forma decisiva na construção de um novo espaço, tornando a Terra de Santa Cruz, de fato, um verdadeiro espaço português no ultramar.

Neste sentido, é extremamente importante a utilização de uma série de adereços, de sinais capazes de institucionalizar, frente às cortes européias, o descobrimento. A constituição do espaço em que será realizada a primeira missa, o latim, os objetos necessários à realização do culto e o olhar atento dos indígenas indicam o reconhecimento da terra para um soberano, através de um ritual que nos institui como o ultramar português. Portanto, devemos interpretar o descobrimento e a descrição da América como processos simbólicos, capazes de conter, como em um monograma, a imagem global da obra imperial portuguesa:

"com isso folgavam todos de trabalhar e exercitar cada um as habilidades que tinha, dando-se uns a agricultura, outros a criar gado e a toda a mecânica, ainda que a não estivessem apreendida, com o que foi a terra em grande crescimento, e muito mais com a ajuda de custa que El-Rei fazia, com tanta liberalidade que se afirma no triênio deste governador gastar de sua real fazenda mais de trezentos mil cruzados em soldos, ordenados de ministros, edifícios da Sé e casa dos padres da Companhia, ornamentos, sinos, artilharia, gados, roupas e outras coisas necessárias, o que fazia, não tanto pelo interesse que esperava de seus direitos e dos dízimos de que o Sumo Pontífice lhe fez concessão com obrigação de prover as



igrejas e seus ministros, quanto pelo gosto que tinha de aumentar este estado e fazer dele um grande império, como ele dizia" (33).

Tomé de Sousa cria condições favoráveis para se erguer uma cidade à medida que define, com rigor, o princípio organizador da urbe. Ele é admirado por suprimir a arbitrariedade, corrigindo os defeitos que, por acaso, os trópicos, com sua "desordem indígena", imprimiram aos primeiros colonos.

Frei Vicente, à sua moda, demonstra o que Vitruvius nos comprovou: ser um desenho circular a prova da percepção e do equilíbrio. A cidade deveria compor-se como um círculo no centro do qual se deveriam estabelecer os mais importantes e majestosos edifícios. E assim fomos introduzidos na *epistème* clássica. Por este motivo (ordenador), o nosso governador geral, mais por gosto, que por interesse, obedece ao mesmo princípio reitor. Assim foi construída Salvador da Bahia de Todos os Santos.

"Depois que El-Rei soube da morte de Francisco Pereira Coutinho e da fertilidade da terra da Bahia, bons ares, boas águas e outras qualidades que tinha para ser povoada, e juntamente estar no meio das outras capitanias, determinou povoá-la e fazer nela uma cidade, que fosse como coração no meio do corpo, donde todas se socorressem e fossem governadas" (34).

A Igreja, Casa de Câmara, a Cadeia, o Pelourinho e a Forca, mais que objetos, são suportes de significação investidos de poder. Objetos através dos quais se pode ordenar o mundo visível. O olhar do homem renascentista, do descobridor, está treinado para a percepção global. Nele se incluem objetos "novos" (indígenas), especialmente quando estes podem ser transformados em equivalentes. Ou seja, quando remeterem a um universo de significações, capaz de sugerir "reconhecimentos".

Neste sentido os descobrimentos e as viagens de exploração e reconhecimento de nossa costa expressam o Velho e o Novo Mundo como uma imagem espetacular. Uma vontade de imobilizar o desconhecido, como se tudo nele fosse ameaça, bárbarie. O paraíso se perde em meio à luta que o europeu trava com a natureza e com o indígena, para subjugar o que lhe era colocado à mão. E, nesse esforço constante por fundir tudo, destruiu o paraíso natural que lhe dava prazer e deleite, reduzindo a história americana à dimensão ética da conquista. Seguro de seu poder, o conquistador nega a América, descrevendo-a.

Jogo selvagem, jogo que a história da cultura nos faz ver, às vezes como descrição, às vezes como destruição: breve enunciado da História do Brasil.

no saber da cultura ocidental. Foi ela que, em grande parte, conduziu a exegese e a interpretação dos textos. Foi ela que organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las. O mundo enrojava-se sobre si mesmo: a terra repetindo o céu, os rostos mirando-se nas estrelas e a erva envolvendo nas suas hastas os segredos que serviam ao homem. A pintura limitava o espaço. E a representação — fosse ela festa ou saber — se dava como repetição: teatro da vida ou espelho do mundo, tal era o título de toda linguagem, sua maneira de anunciar-se e de formular seu direito de falar".

32 André João Antonil nasceu em 1649 em Luca, na Toscana (Itália) tendo entrado para a Companhia de Jesus em 1667. Veio para o Brasil convidado pelo padre Antonio Vieira. O seu livro *Cultura e Opulência do Brasil* (Belo Horizonte, Ed. Itatiaia/São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1982), representa um dos documentos mais importantes para o estudo da economia colonial. Sua obra foi queimada no mesmo ano de sua publicação, 1711, por ordem régia. O governo português na época procurava evitar a divulgação das riquezas da terra. O livro descreve minuciosamente as formas de produção da cana e seu beneficiamento, analisa também a lavra do tabaco, a opulência das minas de ouro e abundância do gado. Para concluir sua análise Antonil elaborou um resumo de tudo que vai ordinariamente cada ano do Brasil para Portugal e do seu valor.

33 Frei Vicente do Salvador, op. cit., p. 162.

34 Idem, ibidem, p. 160.